

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII - Nº 1.398 - BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 9 DE NOVEMBRO DE 2001

CAS aprova controle que dificulta a fabricação de entorpecentes

Empresas que manipulam produtos usados na composição de entorpecentes como a cocaína serão fiscalizadas com rigor pela Polícia Federal. Ministério da Justiça vai elaborar lista com as substâncias sujeitas à verificação



Geraldo Althoff e Álvaro Dias interrogaram o contador Oswaldo Ferreira (D)

Relator afirma que CBF não adota "a boa técnica contábil"

Depois de ouvir contador da entidade esportiva, relator da CPI do Futebol observou que não foram anexados nos livros contábeis os documentos comprobatórios de despesas efetuadas.

PÁGINA 5



A Comissão de Fiscalização e Controle quer saber o custo real da parte já implantada do metrô do Distrito Federal

CFC solicita realização de auditoria no metrô de Brasília

O Tribunal de Contas da União realizará auditoria no metrô do Distrito Federal para determinação do custo real da parte do empreendimento já implantada. Requerimento nesse sentido, da senadora Heloísa Helena, foi aprovado pela Comissão de Fiscalização e Controle do Senado.

PÁGINA 6

Produtos químicos que podem ser usados na fabricação ilícita de drogas terão novas normas de fiscalização e controle. A Comissão de Assuntos Sociais do Senado aprovou ontem parecer favorável a projeto com esse

objetivo, que será agora votado pelo Plenário. O relator, senador Romeu Tuma, observou que a proposta tornará os órgãos de vigilância e segurança mais bem equipados para combater o narcotráfico.

PÁGINA 3

O que prevê o projeto

O projeto cria a Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos, que será de:

- R\$ 500 - para a elaboração do cadastro de empresas e pessoas físicas que trabalhem com tais produtos
- R\$ 1.500 - para a emissão de certificado concedendo licença para a atividade
- R\$ 50 - para a emissão de autorizações especiais

Os valores serão reduzidos quando se tratar de pequena ou microempresa ou no caso de renovação de cadastro

O Ministério da Justiça irá definir que produtos estarão sujeitos ao controle

A proposta estabelece que pequenas quantidades de produtos como a acetona estarão fora do controle

Autorizado empréstimo para projetos ambientais

Operação de financiamento de US\$ 382,6 milhões, resultado de acordo bilateral entre Brasil e Japão, foi aprovada ontem pelo Plenário do Senado. Os recursos vão custear projetos de saneamento e conservação ambiental.

PÁGINA 2

Além de aprovar o empréstimo japonês, o Plenário transferiu para dezembro votação de proposta que beneficia estado produtor de petróleo



Autorizado empréstimo de US\$ 382 mi para o Executivo

Os recursos serão obtidos junto ao Japan Bank for International Cooperation e vão custear projetos de saneamento e conservação ambiental

O Senado autorizou ontem o governo brasileiro a realizar operação de financiamento junto ao Japan Bank for International Cooperation (JBIC), no valor de 46,2 bilhões de ienes, cerca de US\$ 382,6 milhões. A operação é fruto de acordo bilateral entre Brasil e Japão, e os recursos vão custear projetos de saneamento e conservação ambiental.

Os programas a serem beneficiados pelos recursos japoneses são de conservação da caatinga, para todo o Nordeste; de saneamento ambiental da ilha de São Luís; de modernização do setor de saneamento para diversas cidades; de desenvolvi-



Roberto Saturnino relatou na CRE, juntamente com Romeu Tuma, o pedido de empréstimo. O parecer foi favorável à operação de financiamento

O projeto foi relatado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) pelos senadores Roberto Saturnino (PSB-RJ) e Romeu Tuma (PFL-SP). O parecer dos relatores salienta o aspecto inovador do projeto de conservação da caatinga, por buscar desenvolver atividades agropecuárias na Região Nordeste, de modo a evitar "constantes êxodos populacionais provocados pelas difíceis condições de vida na região".

mento de recursos hídricos do semi-árido brasileiro; e de recuperação ambiental da baixada de Jacarepaguá (Rio de Janeiro).

As condições dos financiamentos prevêem taxas de juros de 2,5% ao ano, prazo de amortização de 18 anos e período de carência de sete anos.

Emenda que beneficia estado produtor de petróleo será votada em dezembro

A proposta de emenda à Constituição, encabeçada pelo senador Geraldo Melo (PSDB-RN), que altera o sistema de cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para favorecer os estados produtores de petróleo e de energia elétrica deve ser submetida à votação em Plenário no dia 4 de dezembro. O adiamento da votação da matéria, decidido ontem pelo Senado, foi proposto pelo próprio Geraldo Melo.

Segundo a proposta, os estados produtores de petróleo, lubrificantes, combustíveis e seus derivados e também de energia elétrica passarão a cobrar o ICMS sobre esses produtos. A arrecadação do imposto hoje é privilégio dos estados consumidores dos produtos. Do ponto

de vista dos consumidores, a medida é neutra, porque continuariam a pagar o mesmo valor do produto consumido. Para os estados produtores de petróleo e energia, contudo, haveria um virtual crescimento da receita tributária, segundo o autor da emenda.

A avaliação de Geraldo Melo e dos relatores da proposta nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o ex-senador Esperidião Amin (atual governador de Santa Catarina), e de Assuntos Econômicos (CAE), senador Jefferson Péres (PDT-AM), é que a proposta vai contribuir para a redução das desigualdades regionais.

Em seu parecer, Jefferson Péres assinala que, ao transferir para o estado consumidor toda



Geraldo Melo propõe que estado produtor, e não consumidor do petróleo, cobre o ICMS

a receita proveniente do ICMS sobre esses produtos, a Constituição, em seu artigo 155, consagrou "absurdamente um mecanismo permanente de transferência de renda das regiões mais pobres para as mais ricas, sem gerar qualquer benefício para a sociedade".

Patrocínio quer facilitar trâmite de pedido para radiodifusão

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) anunciou que vai apresentar projeto de resolução alterando a sistemática de exame dos pedidos de outorga e renovação de concessões e permissões para radiodifusão. Ele argumenta que o Plenário "perde muito tempo" deliberando sobre o tema, o que acaba "prejudicando a discussão de matérias de interesse nacional". Os pedidos, disse, devem ser examinados em bloco.

Patrocínio lembrou que o Ministério das Comunicações deve enviar em breve ao Senado cerca de 9 mil pedidos de autorização para o funcionamento de rádios comunitárias. O presidente do Senado, Ramez Tebet, disse que já está tramitando na Casa proposta que trata do assunto, mas que o projeto de Patrocínio será encaminhado para exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Ontem o Plenário aprovou decretos legislativos concedendo autorizações para o funcionamento de nove emissoras de rádio comunitárias: Associação Comunitária de Radiodifusão de



Carlos Patrocínio considera que o Plenário "perde muito tempo" deliberando sobre os pedidos

Maragogi (AL); Associação Comunitária Ecológica, Educativa e Cultural, em Alcinópolis (MS); Sociedade Amigos de Guapiara (SP); Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nossa Missão, em Passos (MG); Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Vale do Redentor, em São José do Rio Pardo (SP); Associação Rádio Comunitária Campestre (AL); Associação Comunitária dos Moradores de Jaguaretama (CE); Associação Comunitária de Radiodifusão para Desenvolvimento Cultural e Artístico Caraíbas (BA); e Fundação Cultural Ebenezer, em Santa Helena de Goiás.

Senado lança hoje edição em braile da Constituição gaúcha

O Senado apresenta hoje, às 16h, em seu estande na 47ª Feira do Livro de Porto Alegre (RS), a edição em braile da Constituição do Rio Grande do Sul. O lançamento contará com a presença do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que fará a doação de exemplares a bibliotecas e entidades de apoio a portadores de deficiência visual.

A Constituição brasileira foi a primeira da série de edições em braile. O Senado depois lançou o Código de Defesa do Consumidor, a Cartilha do Consumidor, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei de Doação de Órgãos, e agora está publicando as constituições estaduais.

Após a solenidade no estande do Senado, Pedro Simon lançará as coletâneas *Pasqualini - Textos Escolhidos* e *A Luta pela Candidatura Própria do PMDB*.

Amanhã, às 18h, a senadora Emilia Fernandes (PT-RS) lançará, no Pavilhão de Autógrafos, *Rio Grande de Luz - Ética, Trabalho e História*.

AGENDA

SEXTA-FEIRA, 9 DE NOVEMBRO DE 2001

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Mário Marona
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Raque Sá, José Cruz e Jane de Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Marina Silva pede reflexão sobre os valores que a sociedade está construindo

Marina cobra justiça para o caso Galdino

A senadora Marina Silva (PT-AC) fez um apelo em Plenário, ontem, para que se faça justiça, “não como um gesto de vingança, mas de amor”, ao final do julgamento dos cinco jovens envolvidos no assassinato do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos. Na sua opinião, alegar que os acusados não agiram intencionalmente ao jogar álcool e atear fogo ao corpo do índio, na madrugada de 20 de abril de 1997, “é não querer ver ou, no mínimo, distorcer a realidade”.

Marina Silva disse que “até uma criança de seis, sete anos já sabe que não pode tocar fogo em uma pessoa”, sustentando que os jovens, de famílias de classe média de Brasília, tinham plena consciência do que é certo ou errado. Segundo Marina, só o fato de eles terem decidido comprar álcool em um posto após avistarem Galdino dormindo em uma parada de ônibus revela indícios de que a execução do crime foi planejada.

A senadora também considerou o argumento usado pelos acusados para justificar o crime como “tão dramático e assustador” quanto o próprio ato. “Os jovens disseram que não sabiam que se tratava de um índio, mas de um mendigo”, relatou, questionando se existe diferença em um ser humano de uma ou outra condição. Para a senadora petista, esse caso suscita profunda reflexão sobre os valores que a sociedade está construindo e que servem de referencial para a juventude.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) também condenou os argumentos da defesa, que tenta classificar a morte do índio como um ato de natureza culposa (sem intenção de causar dano ou ofensa). “Seria importante que esses jovens assumissem a responsabilidade pelo crime e advertissem outros a pensarem muito antes de tomar atitudes que possam levar a outras tragédias”, declarou.

CAS aprova regras para dificultar a fabricação de entorpecentes

Projeto que será agora examinado pelo Plenário do Senado tornará os órgãos de vigilância e segurança mais bem equipados para fiscalizar armazenamento e comércio de produtos químicos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou, em reunião realizada ontem, parecer do senador Romeu Tuma (PFL-SP) favorável a projeto da Câmara que define novas normas para a fiscalização e o controle dos produtos químicos utilizados na fabricação ilícita de drogas. A proposta, que recebeu dez emendas na CAS, é originária do Executivo e já foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Como está em regime de urgência, deve ser aprovada na semana que vem pelo Plenário do Senado para poder retornar à Câmara.

— A aprovação dessa medida é uma exigência de desespero — argumentou Tuma, observando que a matéria deverá ser transformada em lei ainda este ano.

Ele explicou que o projeto permi-



Tuma, relator da proposta, espera que monitoramento possibilite combate ao narcotráfico

tirá que órgãos de vigilância e segurança, especialmente a Polícia Federal, estejam mais bem equipados para fiscalizar o armazenamento, a exportação, a importação e o transporte desses produtos químicos. “Esse monitoramento, por sua vez, possibilitará maior combate ao narcotráfico e a possíveis ações terroristas feitas no Brasil”, avaliou Tuma.

Para o senador pelo PFL, a me-

lhoria das ações de vigilância de fronteira e de combate ao tráfico de drogas faz parte de imposições de acordos binacionais e multilaterais já firmados pelo país.

Pela proposta, as empresas que fabricam e manipulam os produtos, principalmente aqueles que entram na composição da cocaína, serão objeto de fiscalização rigorosa por parte da Polícia Federal. Ao Minis-

tério da Justiça, por sugestão da PF, da Secretaria Nacional Antidrogas e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, caberá a elaboração da lista dos produtos a serem controlados.

O projeto cria também a Taxa de Controle de Fiscalização de Produtos Químicos a ser paga pelas empresas ou por pessoas que exerçam qualquer atividade relacionada com os produtos químicos controlados. A taxa para emissão de certificado de licença para funcionamento das empresas, bem como a sua renovação, será de R\$ 1.500. Para a emissão de certificado de registro e alterações cadastrais, foi fixada a taxa de R\$ 500. Esses valores podem sofrer redução de 70% ou 40% quando tratar-se, respectivamente, de microempresa ou empresa de pequeno porte.

Calheiros quer regulamentação do abate de aeronaves hostis

O governo deve regulamentar, o mais breve possível, a lei aprovada pelo Congresso Nacional que disciplina o abate de aeronaves hostis em espaço aéreo brasileiro, afirmou ontem o senador Renan Calheiros (PMDB-AL). Para ele, o país deve posicionar-se a respeito do combate ao terrorismo, apesar de não ser alvo da “barbárie terrorista”.

A lei foi publicada no *Diário Oficial* em março de 1998, quando Renan Calheiros era ministro da Justiça. Ele disse que, na ocasião, defendeu que o governo regulamentasse a lei, o que até hoje não ocorreu. O senador disse que o governo deve apresentar uma alternativa ou explicar à nação os motivos desse “retardamento incompreensível”.

Para regulamentar a lei, explicou o senador, falta a caracterização do momento exato em que uma aeronave pode ser considerada hostil. Além disso, é preciso definir de quem partiria a ordem para o abate: se do presidente da República ou de alguma autoridade com esta delegação. “Este é um instrumento fundamental no combate ao contrabando, narcotráfico, espionagem e outras práticas delituosas”, disse o senador.



Para Calheiros, Brasil deve posicionar-se a respeito do combate ao terrorismo

Renan Calheiros disse ainda que o país tem, tanto no Executivo quanto no Legislativo, uma série de diplomas legais aguardando deliberação ou regulamentação, que seriam fundamentais para o combate à criminalidade. No Congresso, exemplificou, há a proposta que proíbe a venda de armas e o projeto que pune os delitos cometidos por meio da informática. Outra proposta lembrada pelo senador é a ideia do registro único, proposto pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), para combater a falsificação de documentos.

Emilia relata resultados do Fórum Mundial da Educação

O combate à exclusão na área educacional, com respeito às diferenças culturais e com a democratização da tecnologia, foi a principal conclusão do Fórum Mundial da Educação, realizado em Porto Alegre, de 24 e 27 de outubro, segundo afirmou a senadora Emilia Fernandes (PT-RS). Ela manifestou sua satisfação com os resultados do encontro, que classificou como “uma experiência inédita”.

O significado da educação em mundo globalizado, as políticas públicas internacionais, o acesso à educação, os financiamentos para a área e as diferenças culturais no planeta foram os temas do fórum, que reuniu 15 mil participantes de 60 países das três Américas e da Europa, entre educadores, pesquisadores, empresários de educação, representantes de sindicatos, entidades civis e organizações não-governamentais.

Tiveram destaque nos debates, relatou a senadora, as várias formas de exclusão escolar, como o trabalho infantil e a discriminação de gênero e de raça, que ocorrem em várias partes do mundo. O fórum, segundo a senadora, mostrou aos educadores que suas responsabilidades em uma época de grande transformação mundial



Emilia: responsabilidades dos educadores extrapolam limites da sala de aula

extrapolam os limites da sala de aula.

Os participantes elaboraram uma carta de princípios que será entregue ao comitê executivo do Fórum Social Mundial, a realizar-se em 2002, em Porto Alegre, que também deverá discutir a educação no mundo globalizado. O documento está aberto a sugestões, que podem ser apresentadas pela Internet, informou a senadora.

Emilia Fernandes também ressaltou o exemplo do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre na área educacional, lembrando o compromisso do governo petista com a melhoria da educação.

As sugestões podem ser feitas no site www.forummundialdeeducacao.com.br

Osmar Dias: contratos prejudicaram Copel

O senador solicitou que o Ministério Público investigue os contratos firmados entre a Companhia Paranaense de Energia Elétrica e empresários ligados ao governador Jaime Lerner

O senador Osmar Dias (PDT-PR) denunciou em Plenário ontem que a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel) firmou, a partir de 1998, contratos suspeitos que estariam beneficiando pessoas ligadas ao governador do Paraná, Jaime Lerner. Segundo o senador, esses contratos causaram prejuízos à empresa e levaram os grupos interessados em comprar a Copel a desistirem de participar do leilão de privatização da estatal. Para Osmar Dias, os fatos, narrados em reportagem da *Folha de S. Paulo*, são graves e precisam ser investigados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e pelo Ministério Público.

Um dos contratos suspeitos, segundo o senador, foi firmado para transferência de tecnologia com a empresa Escoelectric, constituída em 1998 com participação acionária de 40% da Copel. Osmar



O cancelamento da venda da Copel não vai barrar a fiscalização dos contratos que o governo do Paraná firmou, disse Osmar Dias

Dias estranhou o fato de essa empresa transferir tecnologia para a estatal, considerada uma das melhores companhias de eletricidade, tendo em vista que a Escoelectric tinha como sócios ex-funcionários da Copel e pessoas ligadas ao

governo do estado que nunca haviam trabalhado no setor energético.

Em outro caso, o senador narrou que a empresa Tradener, aberta com capital social de R\$ 10 mil e 45% de participação da Copel, foi contratada para comercializar o excedente da energia gerada pela estatal. Essa empresa, disse Osmar Dias, tem como sócios ex-diretores da estatal, integrantes do governo de Jaime Lerner e um empresário do setor de transportes de Curitiba, financiador das campanhas do governador, e ganha 2% de qualquer energia vendida pela Copel, com ou sem sua intermediação. “Não é porque a

Copel não foi vendida que vamos deixar de investigar a fundo esses contratos firmados entre amigos do poder. Espero que o Ministério Público do Paraná tome as providências necessárias” afirmou.

Mauro Miranda pede gasoduto para DF e Goiás

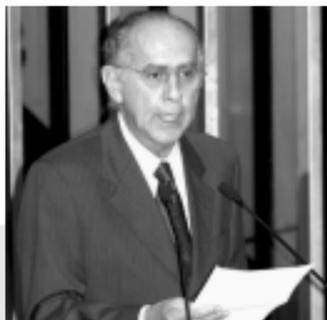
O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) elogiou o projeto do governo de ampliar a compra do gás boliviano para implementar um arrojado sistema termelétrico no país. No entanto, ele criticou o fato de o estado do Goiás e o Distrito Federal não serem contemplados com a nova oferta de energia.

“A exclusão do Distrito Federal e de Goiás dos benefícios a serem proporcionados com o gasoduto, é simplesmente inaceitável. Além de ficarem mais próximos da fron-

teira que os estados sulinos, têm maior dependência do fornecimento de energia gerada em localidades distantes – protestou.

O gás da Bolívia, informou, percorrerá 2.590 quilômetros em solo brasileiro, atendendo os estados de Mato Grosso do Sul, de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. No trajeto, o gasoduto será ligado à infra-estrutura já existente no Rio de Janeiro e ao estado de Mato Grosso.

Mauro Miranda fez apelo ao



Mauro considera fundamental inclusão de GO e DF entre os beneficiários do gás boliviano

Presidente da República e ao ministro de Minas e Energia, José Jorge, para que o gasoduto seja disponibilizado também para Goiás e Distrito Federal.

Tebet quer parceria em favor da habitação

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem apelo da Associação Brasileira das Companhias de Habitação Popular Estadual e Municipal (ABC), no sentido de apoiar as gestões políticas que a entidade está fazendo para ampliar os recursos orçamentários do setor e reduzir o déficit habitacional calculado em 6 milhões de residências. Tebet considerou “assustador” esse número e observou que é “preciso aproveitar este período de elaboração do orçamento, para estimular uma parceria fundamental entre a União,

os estados, os municípios e o setor privado, para que desta feliz conjugação de esforços resulte uma contribuição forte para a solução desse problema angustiante”.

O senador manifestou-se solidário com as preocupações dos dirigentes das companhias estaduais e municipais de habitação popular. E lembrou que o próprio Senado já sinalizou a “sensibilidade da instituição para a importância de resolver o problema”, na medida em que aprovou emenda do senador Mauro Miranda

(PMDB-GO) que inseriu a questão da habitação entre os direitos fundamentais do cidadão.

DEPUTADOS ESTADUAIS

Ramez Tebet recebeu também dirigentes da União Nacional dos Legislativos Estaduais (Unale) que pediram apoio para a proposta de emenda constitucional que amplia as prerrogativas das Assembleias Legislativas, em especial as de legislar sobre segurança pública, trânsito e jazidas minerais.

PREMIAÇÃO

Tebet esteve ainda com o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) e

Jucá registra superávit na balança comercial em outubro

O vice-líder do governo no Senado, senador Romero Jucá (PSDB-RR), registrou em Plenário que a balança comercial brasileira contabilizou, em outubro, um superávit de US\$ 248 milhões. Com o resultado, disse Jucá, o saldo comercial do país chegou a US\$ 1,5 bilhão em 2001.

– Esse é um dado importante, pois, desde 1995, essa é a primeira vez que é registrado um superávit no mês de outubro – afirmou Jucá, que pediu a transcrição, nos Anais da Casa, da reportagem da última quarta-feira do jornal *O Estado de S. Paulo* sobre o assunto.

Na presidência da sessão, Heloísa Helena (PT-AL) disse esperar



Jucá informou o bom resultado e elogiou matéria do jornal *O Estado de S. Paulo* sobre o tema

que o superávit não seja usado “para pagar juros e serviços da dívida, mas para investimentos importantes no que o povo brasileiro necessita”.

Ademir comemora saída de secretário de ministério

A demissão do secretário especial de Desenvolvimento da Amazônia do Ministério da Integração Nacional, José Diogo Cyrillo da Silva, foi comemorada pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA). “Ele foi um desastre para nossa região”, afirmou.

O senador disse que Cyrillo foi responsável por grandes prejuízos a empresários da região. Segundo Ademir, Cyrillo, que administrou a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), substituta da Sudam, paralisou todos os projetos em andamento desde que assumiu o cargo. Porém, Ademir declarou que o secretário, que irá ocupar o cargo de corregedor da Advocacia Geral da



Para Ademir, a gestão de Cyrillo junto à ADA trouxe prejuízos para a Região Norte

União, não conseguiu demonstrar quais financiamentos eram irregulares. Além disso, o senador informou que apenas um terço dos projetos foi analisado em sua gestão.



O presidente do Senado manifestou-se solidário com as preocupações dos dirigentes das companhias estaduais e municipais de habitação

integrantes de comissão encarregada de assessorar os trabalhos de avaliação para a concessão do Diploma do Mérito Educativo Darcy Ribeiro, destinado a premiar contribuição relevante à causa

da educação no Brasil.

O presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), José Mário Abdo, também foi recebido pelo presidente do Senado.

CBF não pratica boa técnica contábil, diz Althoff

Baseado em auditoria, relator da CPI do Futebol afirma que a entidade esportiva não anexa nos livros contábeis documentos que comprovem as despesas efetuadas. Relatório final da comissão será votado em 4 de dezembro

Ao final do depoimento do contador da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Oswaldo Ferreira, o senador Geraldo Althoff (PFL-SC) afirmou que a entidade esportiva “não adota a chamada boa técnica contábil”, por não anexar nos livros contábeis documentos comprobatórios de despesas efetuadas, como faturas de hotéis, gastos com viagens de atletas e dirigentes e pagamento de honorários advocatícios. O depoimento foi prestado ontem à comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga irregularidades no futebol brasileiro.

Geraldo Althoff, relator da CPI, chegou a essa conclusão após ter acesso a dados de auditoria realizada na CBF. O levantamento mostrou que a empresa SBTR, prestadora de serviços à confederação, era responsável pela emissão de faturas, no entanto, não discriminava as despesas. Althoff informou que, de 1998 a 2000, a SBTR recebeu pelos serviços prestados cerca de R\$ 31 milhões. Nesse período, disse, a em-



O contador da CBF, Oswaldo Ferreira (D), reconheceu que lançamentos contábeis não são feitos de maneira correta

presa realizou apenas “lançamentos genéricos” em nome da CBF, não possuindo, portanto, validade fiscal.

O contador da CBF reconheceu que os lançamentos não foram realizados conforme a boa técnica contábil e informou que as faturas da SBTR, para serem legais, teriam de estar acompanhadas de documentos comprovando as despesas pagas, devidamente discriminadas. Oswaldo Ferreira também estranhou que a CBF tenha pago, na forma de “auxílio hospitalar”, as despesas de inter-

nação e tratamento médico do presidente da Federação de Futebol do Rio de Janeiro, Eduardo Viana, no valor de R\$ 17 mil. “Isso não é comum”, admitiu.

Oswaldo Ferreira não soube explicar as contas do campeonato mundial de clubes de 2000, organizado pela Fifa e realizado em São Paulo e no Rio de Janeiro. Houve uma diferença de R\$ 4,571 milhões entre as despesas oficiais (R\$ 12,642 milhões) e as contabilizadas pela CBF (R\$ 17,213 milhões). A diferença, segundo Geraldo Althoff, foi destinada a pa-

gamentos de empresas que têm “um forte vínculo” com a Confederação Brasileira de Futebol, mas sem registro na contabilidade da entidade. Entre as empresas beneficiadas estão a SBTR, Planeta Brasil e Planeta Brasil Incoming. “Os fatos constatarem que a contabilidade da CBF é uma farsa e tem por objetivo esconder desvios de recursos”, acusou o presidente da CPI, senador Álvaro Dias (PDT-PR).

O relator da CPI, Geraldo Althoff, constatou, ao final do depoimento, que as informações que ele

recebia “poderiam estar sempre manipuladas”. Isso, a seu ver, mostra “o desmando e a desorganização da CBF, além de suspeitas de apropriação indébita” por parte de dirigentes da entidade.

PRÓXIMOS PASSOS

Com o depoimento de ontem, a CPI encerrou a fase das audiências públicas. Nas próximas semanas, dois empresários ligados ao futebol, Reinaldo Pita e Francisco Monteiro, vão depor à Polícia Federal. Os depoimentos serão anexados ao relatório.

Em 4 de dezembro, a CPI reúne-se novamente para discutir e votar o relatório final do senador Geraldo Althoff. No dia 5, a comissão vota as propostas a serem apresentadas, visando modernizar a estrutura do futebol brasileiro.

Todas as propostas, de acordo com a assessoria da comissão, serão inseridas em projeto de lei a ser apresentado até 15 de dezembro. Participam da elaboração do projeto o Ministério da Educação, Clube dos Treze e Associação dos Atletas Profissionais.

BALANÇO DA SEMANA

Registro de recém-nascidos deverá ter maior controle

A principal decisão desta semana no Senado foi a aprovação de projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) que obriga hospitais e maternidades a emitir declaração com as impressões digitais da mãe e dos pés do bebê. O documento será indispensável no registro de nascimento e dificultará a troca ou seqüestro de recém-nascidos.

Conforme Marina Silva, a identificação das papilas digitais é universalmente aceita. Ela disse que a adoção da medida impedirá “as adoções à brasileira”, ou seja, os registros de nascimento decorrentes de doações informais de menores.

O projeto resultou do interesse de Marina Silva em reduzir o número de crianças perdidas ou seqüestradas no Brasil. O texto exige que a declaração neonatal tenha todos os dados necessários à identificação da criança, além da assinatura do diretor do hospital.

Também nesta semana o Senado reduziu a zero as alíquotas das contribuições para os

Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS e Pasep), além do Financiamento da Seguridade Social (Cofins), incidentes na receita decorrente da venda de gás natural e de carvão mineral destinados à produção de energia elétrica.

A medida visa incentivar a diversificação da matriz energética, fomentando a utilização de gás natural e de carvão mineral na geração de energia, mediante desoneração da incidência das contribuições na cadeia de comercialização desses insumos.

O Senado também aprovou e promulgou lei autorizando as empresas a registrar o lucro líquido negativo decorrente do ajuste de obrigações e créditos em reais no ativo diferido – aquele que lista os recursos que formam o resultado de mais de um exercício social da companhia. A decisão foi tomada para compensar a extrema variação nas taxas de câmbio em 2001.



Bernardo Cabral (na mesa, à direita) apresentou esta semana à CCJ seu parecer à proposta de emenda constitucional que reforma o Judiciário

Cabral propõe que reforma do Judiciário inclua efeito vinculante

A apresentação do parecer do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), sobre a proposta de emenda constitucional que reforma o Judiciário foi um dos destaques da semana nas comissões. A reforma, conforme Cabral, permitirá que a Justiça brasileira se torne mais ágil, pois deverá reduzir o número de ações e eliminará recursos que buscam apenas protelar decisões.

Para isso, sustenta o relator, será fundamental a adoção do efeito

vinculante para as decisões do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior do Trabalho. Pelo mecanismo, as instâncias inferiores da Justiça terão de seguir decisão sobre determinado assunto já tomada pelos tribunais superiores. O texto aprovado na Câmara prevê o efeito vinculante apenas para as decisões do STF, mas Bernardo Cabral está propondo estender o mecanismo aos outros tribunais superiores.

Os senadores ganharam uma

semana para estudar o parecer e a discussão e votação da matéria começará quarta-feira. Os senadores acreditam que a votação em Plenário deverá ocorrer até março do próximo ano.

A CCJ também votou proposta de emenda constitucional do senador Roberto Saturnino (PSBRJ) que limita os gastos com publicidade de obras governamentais. Hoje não há limite. Se aprovada a PEC, lei definirá o percentual máximo da arrecadação que os governos poderão destinar à publicidade. A proposta proíbe que a publicidade das obras associe nomes de administradores às obras divulgadas.

Já a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) discutiu e aprovou dois projetos de grande interesse da população. O primeiro estabelece que o governo federal pagará bolsas de estudos a todos os estudantes pobres do ensino fundamental que não conseguirem vagas em escolas públicas. A proposta, do senador Edison Lobão (PFL-MA), estabelece que as bolsas só serão pagas em escolas religiosas, comunitárias ou filantrópicas.

Comissão solicita auditoria sobre custo do metrô do DF

Também foi aprovada realização de audiência sobre Açude do Castanhão, obra com indício de irregularidade incluída no Orçamento de 2002

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) aprovou ontem requerimento de autoria da senadora Heloísa Helena (PT-AL) que solicita ao Tribunal de Contas da União (TCU) realização de auditoria no metrô do Distrito Federal para a determinação do custo real da parte do empreendimento já implantada.

Outro requerimento aprovado, de autoria do senador Wellington Roberto (PMDB-PB), solicita realização de audiência pública para colher o depoimento de José Rubens Goulart Pereira, presidente da construtora Andrade Gutierrez S.A. A iniciativa pretende verificar a



Requerimento de Heloísa Helena aprovado pela CFC objetiva determinar os recursos empregados na parte já implantada do metrô de Brasília

execução físico-financeira do contrato firmado entre o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) e a empresa, para a construção da barragem do Açude

público do Castanhão, no Ceará. O açude consta da relação das obras com indícios de irregularidades prevista no projeto de Orçamento Geral da União para 2002.

Freitas pede entendimento entre governo e professor universitário

O senador Freitas Neto (PSDB-PI) fez apelo para que o governo e os professores universitários em greve cheguem a um entendimento para pôr fim à paralisação, evitando radicalizações de ambos os lados. O senador espera que haja negociações “desarmadas, concretas, autênticas e sem espírito de represália”. Para o parlamentar, só assim será possível preservar o patrimônio público, que não se restringe apenas a prédios e equipamentos, mas se estende ao conhecimento produzido pela universidade brasileira.

— A paralisação nas universidades inspira profunda preocupação e é impossível a indiferença diante da situação — afirmou.



Freitas Neto lamentou a situação dos estudantes, ameaçados de perder o ano letivo

Freitas Neto disse que os professores universitários e funcionários das instituições federais de ensino superior, assim como os

demais servidores públicos, estão arcando com o ônus da manutenção da estabilidade econômica, por enfrentarem sete anos sem reajustes salariais.

— Reconhecemos as dificuldades enfrentadas pelos professores e funcionários das universidades, mas deploramos também a situação em que ficam os estudantes, ameaçados de perder o ano letivo — afirmou.

O senador manifestou-se especialmente preocupado com a Universidade Federal do Piauí (UFPI), “criada após intensa luta da comunidade piauiense”. Freitas Neto lembrou que a UFPI conseguiu sólida expansão em seus 30 anos de existência.

Ademir Andrade defende salário razoável

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) apelou à população para que cobre atitudes mais responsáveis dos parlamentares com relação à definição do Orçamento da União. Segundo ele, o Congresso deveria forçar o Executivo a alocar recursos para garantir um “salário razoável” aos professores e funcionários das universidades federais.

— Esse problema tem trazido prejuízos à universidade brasileira e principalmente aos estudantes. O semestre está praticamente perdido pela intransigência do go-

verno — afirmou Ademir.

Pela proposta aprovada pelo Congresso, informou o senador, o reajuste dos professores precisaria de recursos da ordem de R\$ 350 milhões, porém, só R\$ 100 milhões estariam disponíveis no orçamento para essa finalidade.

— O valor parece grande, mas enquanto as universidades estão paradas prejudicando milhares de estudantes, o governo compromete R\$ 141 bilhões com os serviços da dívida pública e o pagamento de seu principal no Orçamento de 2002. A

sociedade deve cobrar mais de seus parlamentares e ficar atenta para quem elege — alertou.

Para Ademir Andrade, o governo deveria se espelhar nos exemplos dos Estados Unidos, que vêm reduzindo as taxas de juros, e da Argentina, que faliu e agora reestrutura a dívida externa. O senador lamentou que o Brasil pague 19% de juros ao ano, e que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, coloque o compromisso com o pagamento da dívida “acima de qualquer coisa”.

Lindberg denuncia existência de cartel no setor de bebidas

Pouco mais de um ano após a criação da Companhia de Bebidas das Américas (Ambev), o senador Lindberg Cury (PFL-DF) constatou que as preocupações com a implantação de uma política cartelizada de preços e a redução na oferta de empregos no setor se confirmaram. Segundo ele, as salvaguardas estabelecidas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) à época da fusão das marcas Skol, Brahma e Antarctica “não passaram de mero pano de fundo” para evitar maiores problemas para as cervejarias.

— De acordo com dados que nos chegaram por intermédio da Federação Nacional dos Distribuidores de Bebidas, dois dos principais pontos do acordo estão sendo descumpridos pela Ambev. O primeiro deles é que, feita a fusão, a Ambev promoveria uma redução de 5% nos preços das cervejas e refrigerantes. Infelizmente, não é o que está ocorrendo. De acordo com os jornais da semana passada, o preço da cerveja chegou este mês a R\$ 2, com um novo percentual de aumento na faixa de 22% — explicou.

Lindberg acrescentou que, desde o início de 2000, o percentual de reajuste médio das cervejas e refrigerantes é de cerca de 40%. “Coincidentemente, a Ambev, no mesmo período, aumentou seus

lucros em 5.813%”, assinalou. Para o senador, esse lucro foi possível graças ao aniquilamento de milhares de distribuidores de bebidas em todo o país, comprovando o descumprimento do segundo ponto do compromisso assumido pela Ambev junto ao Cade — manter o setor de distribuição independente das três marcas.

O senador disse que a Ambev forçou o fechamento de vendas, promovendo a integração da distribuição das três marcas de cerveja, e eliminou empregos diretos. Além disso, continuou, a Ambev está rompendo ou forçando o rompimento de contrato de distribuição, causando prejuízos a centenas de pequenos e médios empresários, que já recorreram à Justiça exigindo indenização.



Segundo Lindberg, Ambev centralizou distribuição das três marcas e eliminou empregos diretos

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Cidadania* — O sen. Lúcio Alcântara e o professor Luiz Martins falam sobre papel social da TV
7h30 — *Entrevista* — O sen. Álvaro Dias fala sobre a reforma do Legislativo
8h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
8h30 — *Saúde/Unip* — O sono
9h — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — Comissão de Assuntos Econômicos — Audiência pública “As estratégias das instituições financeiras multilaterais, as políticas de ajuste e o papel do parlamento no Brasil” (gravado)
16h — Sessão Plenária (reapresentação)
18h — *Quem Tem Medo da Música Clássica?* — Adágios e andantes
19h — *As Cores do Brasil* — Fortes do Recife
19h30 — *Cidadania* — A sen. Marina Silva e o deputado Fernando Ferro falam sobre o desenvolvimento sustentável
20h30 — *Entrevista* — O sen. Álvaro Dias fala sobre a reforma do Legislativo
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do

Senado

21h30 — *Teatro Arthur Azevedo* — Dança do Calango
22h30 — *Especial* — Reforma psiquiátrica
23h — *Especial* — Fósseis de Santana
24h — *Quem Tem Medo da Música Clássica?* — Adágios e andantes

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviços
7h30 — *Senado Notícias* em ondas curtas para as regiões Norte/Nordeste
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
13h30 — *Doce Melodia* — O melhor da música instrumental brasileira
14h15 — *Senado Notícias* — Edição da tarde
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reapresentação)
19h30 — *A Voz do Brasil*
20h — Música, informação e serviços
20h30 — *Doce Melodia* — O melhor da música instrumental brasileira (reapresentação)
22h — *Senado Notícias* — Edição da noite
23h — *Música do Brasil*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Lobão aplaude iniciativas em favor do meio ambiente

Ao registrar que em todas as nações do mundo crescem as preocupações com o meio ambiente, o senador Edison Lobão (PFL-MA) comentou os esforços que vêm sendo desenvolvidos no Brasil para a preservação da natureza. Ele destacou iniciativas do Ministério do Meio Ambiente, sob a direção do ministro Sarney Filho, como o agravamento das punições para os que cometerem crimes ambientais.

Essa medida, lembrou o senador, dá cumprimento à Agenda 21 global, aprovada pelos países participantes da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992. O Ministério do Meio Ambiente também tem obtido bons resultados na implantação da Agenda 21 local, disse o senador, estendendo por todo o país a consciência de ações no sentido do desenvolvimento sustentado.



Edison Lobão destaca agravamento de penas para crimes ambientais

Outra iniciativa citada por Edison Lobão foi o projeto de educação ambiental que está sendo desenvolvido pelo Centro de Ensino Tecnológico (Cefet) do Maranhão em parceria com a Valex – Engenharia e Construções. O trabalho, que está sendo realizado em Imperatriz (MA) desde 1998, se estenderá pelas cidades localizadas ao longo da Ferrovia Norte-Sul.

Sob a coordenação dos professores José Costa Alencar e Luís Fernando Reys, ambos do Cefet, estudantes da escola estão sendo formados e treinados para servirem de multiplicadores de ações voltadas para a recuperação e preservação ambiental, informou Edison Lobão.

O senador acrescentou que os alunos atuam junto às comunidades, repassando os ensinamentos recebidos sobre meio ambiente, inclusive orientando na produção de mudas, técnicas de arborização e recuperação de ambientes.

Carlos Bezerra defende proteção a flora e fauna

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) defendeu a adoção urgente de instrumentos legais para regulamentar o acesso ao patrimônio biogenético brasileiro. Ele afirmou que, sem que o governo tome conhecimento, empresas estrangeiras vêm ao país praticar a biopirataria.

Na opinião do senador, a falta de legislação adequada permite que a região amazônica, detentora de 20% das 250 mil tipos de plantas de todo mundo, seja objeto de cobiça de indústrias como a farmacêutica fitoterápica ou a de cosméticos. Ele lembrou que o Congresso Nacional apreciará medida provisória que admite o acesso por empresas estrangeiras ao patrimônio genético brasileiro, desde que em associação com instituições públicas nacionais.

Bezerra leu trechos de reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* segundo a qual no período de seis anos o mercado americano de remédios fitoterápicos aumentou



Carlos Bezerra: região amazônica é vítima da cobiça estrangeira

de US\$ 500 milhões para US\$ 5 bilhões, ilustrando o quanto esse mercado pode ser lucrativo.

A legislação não permite que a fauna e flora brasileiras sejam patenteadas; somente o seu uso ou extrato podem ser registrados. Com isso, ressaltou Bezerra, o direito sobre plantas tipicamente brasileiras acaba nas mãos de outros países. Um exemplo é a espinheira-santa, utilizada para o tratamento de úlcera do estômago e patenteadas pelos japoneses.

BB limita financiamento para café, alerta Santos

Senador diz que banco está apenas renovando contratos antigos do Pronaf-custeio no Espírito Santo, o que inviabilizaria nova safra

O Banco do Brasil não está assinando novos contratos de custeio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) com os agricultores de café do Espírito Santo, informou ontem o senador Ricardo Santos (PSDB-ES), em Plenário, a partir de denúncia que recebeu da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado. A instituição financeira está apenas renovando os contratos antigos dos financiamentos Pronaf-custeio, pelo prazo de um ano, observou, o que deve adiar por mais um ano a liquidação do passivo junto ao agente financeiro e inviabilizar a execução das atividades necessárias à realização de nova safra.

Segundo Ricardo Santos, a origem de todo esse problema está no declínio acentuado dos preços do café, “hoje com os mais baixos índices dos últimos 30 anos”. O senador alertou que vários produtores vêm abandonando suas lavouras e que muitos migrarão para as cidades.

Ao apoiar os produtores de café, o senador ponderou que eles têm sido “bons pagadores”, com índices de inadimplência muito baixos em comparação com outras categorias, e que o Espírito Santo ocupa o segundo lugar no ranking dos produtores de café no país. Ricardo Santos assinou que a federação reivindica a possibilidade da assinatura de novos contratos e que, necessariamente, haja mecanismos alternativos que permitam aos pequenos produtores pagar suas dívidas, por prazo mais longo que os 12 meses previstos na renovação dos contratos antigos.

O senador lembrou sugestões já apresentadas por ele às autoridades, dentre elas, a renegociação das dívidas dos produtores para recompor sua capacidade de pagamento e elevação da dotação de



Ricardo Santos adverte que vários produtores vêm abandonando as lavouras e que muitos migrarão para as cidades

crédito de custeio do Pronaf. Com essas medidas, o Pronaf-C passaria de R\$ 12 milhões para R\$ 25 milhões e outras linhas de crédito do Pronaf de R\$ 42 milhões para R\$ 80 milhões. O senador apresentou também emenda à proposta orçamentária da União destinando recursos do Funcafé (Fundo de Apoio à Política Cafeeira), da ordem de R\$ 200 milhões, para a aplicação em investimentos na melhoria da produtividade.

Alcântara prega nova ordem mundial com distribuição mais justa de riqueza

Os atentados terroristas de 11 de setembro nos Estados Unidos impuseram novos parâmetros às relações internacionais, avaliou o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Ele disse que, apesar das dimensões da tragédia, essa pode ser uma boa oportunidade para repensar a organização mundial. “O Brasil vem se tornando um interlocutor cada vez mais respeitado no cenário internacional e pode aproveitar essa posição para denunciar distorções intoleráveis”, salientou.

— Se não for por motivos humanitários, que seja por questões pragmáticas de sobrevivência, pelo menos para dar início ao processo. Se formos capazes de juntar idealistas e pragmáticos numa mesma revisão das relações entre os povos, quem sabe conseguiremos finalmente caminhar na direção de maior equidade na distribuição das riquezas entre os homens — disse.



Lúcio Alcântara: “Brasil vem se tornando interlocutor cada vez mais respeitado”

Na opinião de Alcântara, o mundo se vê às voltas com novos parâmetros não só nas relações entre Estados, mas também entre culturas, religiões e grupos étnicos. “Ficou a nu a fragilidade da atual divisão geopolítica, criada de modo artificial na primeira metade do século XX”, afirmou. Para o senador, regiões como África, Europa Central e Balcânica, Oriente Médio e a Ásia a oeste da China são barris

de pólvora. Nesses locais houve divisões territoriais que não respeitaram as origens dos povos e seus domínios históricos, suas unidades ou diversidades culturais. “Tudo isso forjou câmaras de pressão crescentes que podem explodir a qualquer momento.”

Para Alcântara, algumas lições já podem ser aprendidas: a de que nenhum país está livre de ter sua integridade territorial afetada; a de que ninguém pode se fechar em um clube exclusivo ignorando o resto da Humanidade; e a de que, por mais hegemônica, a posição dos Estados Unidos não pode mais ser exercida isoladamente. De tudo isso, prevê o senador, deve nascer uma nova ordem mundial.

— No Brasil temos experiência do quanto a exclusão social pode custar a uma nação. Os desafortunados abandonam qualquer tipo de compromisso com a ética para tentar recuperar a dignidade que lhes é roubada pela injustiça social.

Napoleão se despede para assumir o governo do Piauí

Líder do PFL diz que ocupará chefia do Executivo tendo como uma de suas prioridades transformar estado em celeiro de alimentos

Em discurso de despedida do Senado, o senador Hugo Napoleão (PFL-PI), que pode tomar posse hoje como governador do Piauí, afirmou que assumirá o cargo com o espírito conciliador. Negando-se a “remover os fatos” relacionados à batalha judicial que resultou no *impeachment* do ex-governador Francisco Moraes Souza, o Mão Santa (PMDB), Napoleão prometeu tomar medidas saneadoras no estado sem alarido, nem vinganças.

O atual líder do PFL no Senado anunciou algumas das prioridades que pretende implementar nos 14 meses de mandato no governo do Piauí. A idéia é tornar o estado um celeiro de alimentos. Um dos projetos que fazem parte dos planos de Hugo Napoleão é o Grande Teresina, já aprovado pelo Congresso e sancionado pelo presidente da República, que visa impulsionar o desenvolvimento na região metropolitana da capital.



Hugo Napoleão prometeu adotar medidas saneadoras no estado, sem espírito de vingança

POSSE

Hugo Napoleão pode ser diplomado governador pelo presidente da Assembléia Legislativa, Kleber Eulálio (PMDB), que também diplomaria o vice-governador Sebastião Leal Júnior. A posse no governo é resultado de disputa judicial que durou três anos e meio. O senador alegou que o ex-governador cometeu corrupção eleitoral e abuso do poder econômico nas eleições de 1998. Napoleão disse ter demonstrado “à saciedade”, com documentos, provas e depoimentos, “a verdadeira aberração” que se constituiu a eleição do ex-governador.

Em sua decisão, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), afirmou o senador, concluiu pela existência de nexos de causalidade entre as irregularidades cometidas pela chapa do PMDB e o resultado das eleições.

— Estou assumindo o governo que ganhei. Estou assumindo o governo que me foi outorgado pela escolha livre dos meus queridos conterrâneos, para uma missão árdua e dura.

O senador disse que vem sendo vítima de “ameaças e aleivosias” por parte de Mão Santa. “A tudo isso responderei com ações que procurarei converter em crédito junto à opinião pública piauiense.”

Qualidades são destacadas por 29 colegas em 90 minutos

Em seu discurso de despedida do Senado, para assumir o governo de seu estado, Hugo Napoleão (PFL-PI) foi apartado por 29 senadores, de todos os partidos, que durante uma hora e meia destacaram os principais aspectos da sua vida política. Até mesmo senadores do PMDB, partido ao qual pertence o ex-governador Mão Santa, afastado por decisão do Tribunal Superior Eleitoral, reconheceram a contribuição de Napoleão à vida pública.

O senador Alberto Silva (PMDB-

PI) chamou a atenção para a singularidade de seu aparte, já que Mão Santa era de seu partido, mas ressaltou que Hugo Napoleão assumia o governo do estado por uma decisão da Justiça Eleitoral, que deve ser obedecida.

Vários opositores homenagearam Napoleão, entre os quais Emilia Fernandes (PT-RS), Eduardo Suplicy (PT-SP), Roberto Saturnino (PSB-RJ), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Marina Silva (PT-AC).

No entanto, foi de seu colegas

de PFL que Napoleão obteve o maior número de apartes. Jorge Bornhausen (SC), Edison Lobão (MA), José Agripino Maia (RN), Francelino Pereira (MG), Leomar Quintanilha (TO), José Coelho (PE), Romeu Tuma (SP), Maria do Carmo Alves (SE) e Moreira Mendes (RO), além de senadores de outros partidos, afirmaram que a saída de Napoleão empobrece o Senado, mas abre novas perspectivas para o Piauí. O presidente do Senado, Ramez Tebet, disse que a Mesa se associava às homenagens.

Partido contestará afastamento de Mão Santa, anuncia senador

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) lamentou em Plenário a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de cassar o governador do Piauí, Francisco Moraes Souza, o Mão Santa, por abusos na campanha eleitoral. Ele disse que seu partido irá recorrer ao Supremo Tribunal Federal contestando a decisão.

— É bom que o Poder Judiciário

aja, mas é ruim que seja somente de quando em vez, quase por amostragem. Diante de tantos crimes eleitorais, espalhados pelo Brasil inteiro, o TSE cassou, em 40 anos, apenas o ex-presidente do Senado Humberto Lucena, por ter imprimido calendários na gráfica do Senado e, agora, o governador do Piauí — disse.

Para ilustrar sua indignação, o

senador citou dito popular gaúcho que diz: “Até nas flores se nota a diferença de sorte: umas enfeitam a vida; outras enfeitam a morte!”

Pedro Simon leu ainda a nota oficial do PMDB, em que é manifestado apoio integral a Mão Santa, lembrando que, em seus dois mandatos, ele vinha executando no Piauí trabalho de alto alcance socioeconômico.

Requião critica aprovação de contas de Cassio Taniguchi

Apesar de o jornal *Folha de S. Paulo* ter publicado reportagem sobre a existência de um “caixa dois” na campanha de Cassio Taniguchi (PFL) para a prefeitura de Curitiba, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná decidiu aprovar a prestação de contas de R\$ 3,11 milhões relativa à reeleição do pefelista em 2000. A informação foi repassada ontem em Plenário pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR).

Segundo Requião, os problemas com as contas do prefeito Taniguchi começaram quando a Justiça Eleitoral homologou a prestação de contas apresentada pelo PFL sem parecer prévio do Ministério Público. Depois de o TRE do Paraná haver anulado essa decisão, a pedido do próprio Ministério Público, o juiz da 1ª Zona Eleitoral de Curitiba, Expedito Reis do Amaral, resolveu aprovar os gastos encaminhados pelo partido.

“O juiz convalidou a posse de um prefeito corrupto mesmo depois de uma denúncia pública e notória no país”, declarou o senador, em referência à movimentação de R\$ 29,8 milhões extra-caixa na campanha de Taniguchi. Requião considerou oportuno trazer essa questão ao Senado no momento em que se discute a reforma do Judiciário.

INQUÉRITO

Ainda sobre a política no Paraná, Roberto Requião se disse per-



Requião também estranha informação de que o STF instaurou inquérito contra ele

plexo ao saber que o Supremo Tribunal Federal (STF) instaurou inquérito contra ele por suposta prática de crime eleitoral durante a eleição para o governo do estado em 1998. A denúncia teria sido apresentada pelo TRE com base no argumento de que Requião havia utilizado a bandeira do Paraná em panfletos eleitorais.

“Se o brasileiro não pode usar a bandeira de seu estado ou do seu país, que bandeira poderia usar?”, indagou, dirigindo seu questionamento ao presidente do STF, ministro Marco Aurélio Mello. Requião disse não se lembrar se usou ou não a bandeira paranaense em material de campanha, mas considerou a medida do STF descabida, afirmando que Fernando Collor, Fernando Henrique e Leonel Brizola usaram símbolos e cores nacionais em suas campanhas à Presidência da República.

Simon afirma que PMDB está deixando governo FHC

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que, com a saída do ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, marcada para a próxima terça-feira, o PMDB concretiza seu desembarque do governo Fernando Henrique. Para ele, se o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) aceitar ser ministro da Integração Nacional, não o fará como representante do partido, mas pertencerá à cota pessoal do presidente.

Simon ressaltou que o PMDB terá, com certeza, candidato a presidente da República, escolhido nas prévias marcadas para o dia 20 de janeiro. A recente saída do governo do assessor especial do presidente, Wellington Moreira



Simon: não é mais possível ser fiel ao partido e ao presidente da República

Franco, “deu o tom do novo relacionamento do PMDB com o governo”, observou, pois não é mais possível ser fiel ao partido e ao presidente da República.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Jefferson Péres, Gilberto Mestrinho e pela senadora Heloísa Helena